



PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES EM ABRIGOS TEMPORÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

COMPLEMENTARY INTEGRATIVE PRACTICES IN TEMPORARY SHELTERS IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC

Jorgeane Pedrosa Pantoja*
Maria Elenilda do Milagre Alves dos Santos
Adna Vivianne Rocha Freire
Alessa de França Cunha Medeiros
Anne Louise de Souza Soares
Carlos Roberto Monteiro de Vasconcelos Filho
Jessyca Alves das Neves Costa
Universidade do Estado do Pará*

RESUMO

Introdução: Em março de 2020 iniciou o período pandêmico, com o “novo coronavírus” medidas de segurança foram traçadas, os limites das políticas públicas no Brasil foram refletidos com aumento da população em situação de rua (PSR). **Objetivo:** Identificar as repercussões das intervenções das Práticas Integrativas e Complementares (PCIs) em Saúde no contexto de abrigamento de pessoas em situação de rua na pandemia da Covid-19 na capital paraense. **Método:** Trata-se de um relato de experiência, gerado a partir de vivências ocorrida em 2021 no período de março a maio por dois Terapeutas Ocupacionais e dois Fisioterapeutas residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade do Estado do Pará (UEPA). **Resultado e discursão:** Observou-se as intervenções aos abrigados favoreceu a melhora do quadro clínico, como a diminuição das queixas relacionadas a dores, ganho na flexibilidade muscular e prevenção de lesões. As práticas integrativas e complementares são terapias aplicadas em promoção global do cuidado humano. **Conclusão:** A partir desta vivência sugere-se maior aproximação da universidade com o serviço de saúde, sobretudo com as práticas integrativas onde possa fortalecer as interações em prol da melhoria da população em situação de rua com uma assistência baseada na medicina no ajuste do organismo e não apenas na doença.

Palavras-chave: COVID-19, Abrigo de Emergência, Terapias Complementares.



ABSTRACT

Introduction: In March 2020, the pandemic period began, with the "new coronavirus" security measures were drawn, the limits of public policies in Brazil were reflected with an increase in the homeless population (PSR). **Objective:** To identify the repercussions of the interventions of Integrative and Complementary Practices (PCIs) in Health in the context of sheltering homeless people in the Covid-19 pandemic in the capital of Pará. **Method:** This is an experience report, generated from experiences that took place in 2021 in the period from March to May by two Occupational Therapists and two resident physiotherapists of the Multiprofessional Residency Program in Health at the University of the State of Pará (UEPA). **Result and discussion:** It were observed that the interventions to the sheltered favored the improvement of the clinical condition, such as the reduction of complaints related to pain, gain in muscle flexibility and prevention of injuries. Integrative and complementary practices are therapies applied in global promotion of human care. **Conclusion:** Based on this experience, a closer approach between the university and the health service is suggested, especially with integrative practices where it can strengthen interactions in favor of improving the homeless population with an assistance based on medicine in the adjustment of the organism and not just in disease.

Keywords: COVID-19, Emergency Shelter, Complementary Therapies.

INTRODUÇÃO

Em março de 2020 foi declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) o início do período pandêmico, em função do COVID-19, que se relaciona à síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) chamado como “novo coronavírus” (OMS, 2020). Em função desse fato, medidas de segurança decorreram, como isolamento e distanciamento social, uso de máscaras, “toque de recolher”; *lockdown* e paralisação de atividades com aglomeração, permanência apenas os serviços considerados essenciais como saúde e segurança pública (OMS, 2020; BRASIL, 2020).

Dessa forma, os limites das políticas públicas no Brasil foram refletidos e se tornaram mais aparentes: pandemia, alto índice de desemprego e queda na renda da população e aumento da população em situação de rua (PSR).

A PSR é um grupo heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, grau variado de vulnerabilidade, vínculos interrompidos e/ou fragilizados, excluídos do acesso aos



bens e serviços, como trabalho, educação, habitação, transporte, lazer e saúde, compelido a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (BRASIL, 2009; LIRA et al., 2019).

Baseado em dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em março de 2020 o Brasil registrava 221.869 pessoas em situação de rua. No Estado do Pará, a Fundação Papa João XXIII, estima que na capital Paraense, cerca de 1200 pessoas vivem em situação de rua em Belém (IPEA, 2020; FUNPAPA, 2020).

O governo do Estado do Pará instituiu em março de 2020 locais destinados a abrigar pessoas que já se encontravam em situação de rua antes da Pandemia, como para os que se tornaram desabrigados durante a mesma (PARÁ, 2020). De forma geral, o público dos abrigos se dividia em dois grupos: pessoas em situação de rua anteriormente a pandemia e pessoas em situação de rua em consequência da pandemia em diversos âmbitos (financeiro, social, desemprego e por adoecimento). Apesar das disparidades de contextos, um fator que aproxima os dois grupos é o uso abusivo de substâncias psicoativas e álcool. Além disso, outro fator que merece destaque é a presença de alterações psíquicas e emocionais nos abrigados, como ansiedade, abstinência, alterações de humor, episódios depressivos, relacionados à ociosidade na rotina do abrigo.

Com o avanço da Pandemia, no mês de março de 2021, formaram-se três abrigos em funcionamento, situados em escolas da rede de ensino público da capital paraense, aulas presenciais na rede estavam suspensas em decorrência da pandemia, assim as escolas passaram a ser espaço para os abrigados. Um dos locais funcionou exclusivamente para triagem, cadastro e isolamento para casos suspeitos e confirmados de COVID-19 e de outras patologias infectocontagiosas. Um outro local era destinado para famílias constituídas e mulheres cisgênero e por fim um que abrigava exclusivamente homens e mulheres transgênero.

Logo, entendeu-se que não bastava apenas oferecer espaço físico a esse segmento, foi necessário incrementar proposta governamental para oferecer assistência e cuidados em saúde para pessoas em situação de rua, durante o contexto da pandemia da COVID-19. Para fortalecer esse suporte, a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) com apoio de diversos órgãos, entre eles, a Secretária Municipal de Saúde



(SESMA) de Belém e a Universidade do Estado do Pará (UEPA) estiveram a frente para direcionar as ações de cuidados.

Frente a esse contexto, o Programa de Residência multiprofissional da Saúde da Universidade do Estado do Pará, com objetivo promover especialização de diferentes categorias profissionais para atuar em contexto de Atenção Primária à Saúde (APS), voltado ao Sistema Único de Saúde-SUS (BRASIL, 2012). Precisou reformular os cenários de treinamento em serviço do programa Saúde da Família e assim foi inserido os abrigos temporários para campo de prática dos residentes sob a supervisão dos preceptores, servidores da SESMA, que foram designados a atuarem nos consultórios de Práticas Integrativas e Complementares (PICs).

Aprovada pela portaria GM/ MS no 971, de 3 de maio de 2006 as PICS foram institucionalizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) por intermédio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), visa a prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase no cuidado continuado, humanizado e integral em saúde (BRASIL, 2006).

Diante do contexto pandêmico e com o novo campo de treinamento em serviço para a aprimoração dos residentes da Saúde da Família da UEPA e o fortalecimento das políticas das práticas integrativas e completares no Estado do Pará, gerou a pergunta norteadora da pesquisa: quis os resultados da aplicação das práticas integrativas e complementares no contexto de abrigamento?

Embora a política tenha sido inserida em 2006, no momento, o Estado do Pará encontra-se na fase de implementação de consultórios especializados em promover as PICs. Sendo de extrema relevância abordar sobre os impactos que as práticas ocasionam nos usuários e assim compartilhar a experiência.

Então para transcorrer na pesquisa, elencou como objetivo: Identificar as repercussões das intervenções das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) em Saúde no contexto de abrigamento de pessoas em situação de rua na pandemia da Covid-19 na capital paraense.



TRAJETÓRIA METODOLOGICA

Trata-se de um relato de experiência gerado a partir de vivências de dois Terapeutas Ocupacionais e dois Fisioterapeutas residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade do Estado do Pará, área de concentração Saúde da Família em abrigo temporário na capital paraense, durante o período de março a maio de 2021.

Durante esse período de três meses, o abrigo temporário foi cenário de prática da residência, no qual realizava atendimento de segunda a sexta no período da manhã e tarde, totalizando 60 horas semanais conforme o regimento do programa. Cada residente realizava acerca de 4 atendimentos por turno, cerca de 8 atendimentos/dia, 40 semanal, aproximadamente 200 mensal, sempre sob supervisão duas preceptoras da residência multiprofissional, servidoras da secretária de saúde.

As atividades descritas neste relato estão divididas em 2 seções: 1. Implantação e Ambientação do Atendimento com uso de PICS e 2. Atendimento do Público pelos Residentes Terapeutas Ocupacionais e Fisioterapeutas.

1. Implantação e Ambientação do Atendimento com uso de PICS

A implantação do atendimento com o uso de PICS teve como princípio a necessidade de promover qualidade de vida e saúde aos abrigados, sendo inédita, no contexto dos abrigos, a iniciativa do uso de Auriculoterapia, Ventosaterapia e Guasha como estratégias de melhora das inúmeras demandas álgicas relatadas pela população em questão.

Inicialmente, houve a necessidade de explanar os tipos de atendimentos, contextualizar a população na compreensão do uso das Práticas Complementares. Além de estabelecer e organizar os atendimentos a partir da demanda espontânea dos abrigados.

O acolhimento era efetuado através do preenchimento dos prontuários físicos individuais, contendo dados da anamnese, avaliação e evolução, facilitando a continuidade do cuidado. Os prontuários eram compostos inicialmente dos dados de identificação como nome



completo, nome da mãe, idade e número do cartão SUS. No primeiro contato eram investigadas as queixas principais do indivíduo, sua história pregressa clínica e pessoal.

2. Atendimento do Público pelos Residentes Terapeutas Ocupacionais e Fisioterapeutas

Os atendimentos ocorriam de forma simultânea, sendo os pacientes divididos entre os profissionais residentes a partir da demanda. As principais queixas estavam relacionadas a demandas físicas e psicoemocionais, como algias de coluna, articulações, consequências de lesões por violência doméstica e das ruas, pela realização de atividades físicas sem orientação profissional, déficit no funcionamento típico de órgãos e crises de ansiedade e depressão.

Os atendimentos tinham duração média de 30 à 40 minutos, nos quais cada paciente era atendido por um profissional e com uma das práticas anteriormente citadas, entretanto por vezes eram solicitados o uso de outras técnicas complementares, assim como eram realizadas interconsultas entre os profissionais. Ao fim de cada atendimento, eram realizados os registros em prontuários físicos individuais que ficavam armazenados na sala de atendimento. Os pacientes rotineiramente repetiam as sessões de Ventosaterapia, Auriculoterapia e Guasha, pois os mesmos relataram melhoras na qualidade e quantidade do sono, assim como no alívio das dores musculares e na melhora dos quadros de ansiedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente o estádio de futebol da capital foi habilitado para abrigar as pessoas em situação de rua. A chegada delas até o local foi realizada por demanda espontânea e busca ativa do Programa de Consultório de Rua. Com aproximadamente mil pessoas abrigadas pelo Estado, entre homens, mulheres, casais com crianças, idosos e população gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (LGBTQI+) (PARÁ, 2020).

Esta população demanda especial atenção, pois para o Ministério da Saúde (MS), esta tem como uns dos agravantes na saúde: vírus da imunodeficiência humana (HIV), gravidez de alto risco, consumo abusivo de álcool e outras drogas, tuberculose, problemas respiratórios, além de diabetes mellitus e hipertensão arterial. Dentre essas, algumas se enquadram como risco de gravidade na Covid-19 (BRASIL, 2012).



À medida que se expande a demanda por cuidados e práticas que promovam a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a melhoria do bem-estar físico, psicológico e social dos usuários abrigados utilizou a técnica da aplicação das práticas integrativa complementares. Com 29 práticas existentes, no abrigo temporário foram ofertadas mais de 10, a pesquisa se deterá em abordar a vivência dos Residentes da UEPA com três práticas: Ventosaterapia, Auriculoterapia e Guasha, pois os profissionais residentes desenvolveram a prática por apresentarem formação prévia a aplicação das PICs e buscaram fundamentar e treinar mais sobre a aplicação onde ocorreu trocas entre os profissionais que manejavam as práticas, assim alcançar a proposta da residência quando busca um novo cenário de prática para o treinamento em serviço.

Com aproximadamente 600 atendimentos realizados no consultório das PICs pelos profissionais residentes e preceptores, observou melhora na qualidade de vida dos abrigados, por meio dos discursos realizados por eles nos momentos de avaliação dos atendimentos e dos retornos ao consultório. Embora, a PICS tenha algumas práticas milenar e tenha sido implementada no SUS em 2006, são poucos os profissionais que apresentam habilitação para exercê-las. A aproximação dos residentes da Universidade do Estado do Pará com os profissionais da Secretária de Saúde possibilitou trocas de qualificações no uso das técnicas.

E como resultado, da aplicação das PICs os abrigados relataram melhora do quadro clínico, ou seja, diminuição das queixas álgicas, ganho na flexibilidade muscular e prevenção de lesões. Proporcionando, portanto, benefícios imediatos e a longo prazo na saúde dos indivíduos atendidos, no aspecto físico. Assim como no estudo de Rodrigues, Galdino e Polaz (2018) observou que ao longo das sessões realizadas, foi possível verificar a redução, estagnação ou o fim das queixas de dores nos joelhos, ombros, coluna vertebral e dores de cabeça.

Além dos aspectos físicos, as práticas de auriculoterapia realizadas possibilitaram a intervenção em aspectos da saúde mental, como ansiedade, depressão, insônia e estresse, entre outros. No que diz respeito aos efeitos psicoemocionais, os relatos dos abrigados corroboram com o estudo de Jales et al., (2019) que observou em seis estudos analisados os benefícios da aplicação da auriculoterapia, constatou que em todas as pesquisas a utilização do manejo da



prática teve resultado positivo em relação ao controle de ansiedade e/ou depressão. O estudo de Beckman; Christovam e Pitta (2018) relataram melhora do quadro clínico com diminuição da ansiedade e insônia.

A utilização da ventosaterapia nos abrigados estava relacionada principalmente às questões algicas musculares, em região da coluna lombar e coxas, mas em alguns casos também era utilizada para drenagem em regiões edemaciadas. Após aplicação da técnica, os usuários relataram redução do quadro algico e melhora da mobilidade. De acordo com o estudo de Moura et al., (2018) que avaliou as evidências da literatura a respeito dos efeitos da ventosaterapia sobre a dor crônica nas costas em adultos concluíram que na maioria dos estudos houve redução na intensidade da dor, melhora da incapacidade física e da qualidade de vida.

A aplicação do Gua-sha, assim como a ventosaterapia, foi direcionada às queixas musculoesqueléticas, o instrumento utilizado no deslizamento era composto de aço inox, favorecendo a higienização. Por sua simples aplicação e baixo custo, favoreceu a sua combinação com as outras intervenções, alcançando resultados mais eficazes. Em seu estudo, Artioli e Bertolini (2019) por meio de revisão sistemática da literatura, buscaram analisar a aplicação do Gua-sha e seus resultados no tratamento das condições dolorosas musculoesqueléticas concluem que, essa técnica se destaca como opção no tratamento de queixas algicas relacionadas à coluna vertebral e regiões adjacentes.

CONCLUSÃO

Com as mudanças ocasionadas com a pandemia da COVID-19 foi necessário reformular as práticas de assistência à saúde, entre elas, atuar nos abrigos temporários, no qual buscou favorecer aspectos físicos, psíquicos, emocionais e sociais, por meio de práticas complementares ao modelo convencional enfatizando assim a promoção global do cuidado humano. Vale destacar a importância das parcerias dos órgãos públicos principalmente com a Universidade, para o aprimoramento na formação dos profissionais do programa de residência em saúde vinculados a secretaria de saúde. Desta forma, foi possível traçar estratégias de intervenções e ampliar as possibilidades de cuidados.



Assim, foi concebível perceber os resultados das aplicações das PICs com no cuidado a saúde desse segmento populacional. Por meio de relatos sobre as repercussões das práticas que refletiam diminuição nas dores físicas e emocionais, a busca pelos atendimentos superou as expectativas, obtendo curas de dores crônicas e ainda resgatou a possibilidades de cuidados consigo.

A partir desta vivência sugere-se maior aproximação da universidade com o serviço de saúde, sobretudo com as práticas integrativas onde possa fortalecer as interações em prol da melhoria da população em situação de rua com uma assistência baseada na medicina no ajuste do organismo e não apenas na enfermidade, na doença. Possibilitando olhar mais individual na sua singularidade, entendendo o contexto e suas emoções e não apenas a doença. As PICs proporcionam uma nova cultura de cuidado, empoderando o indivíduo no processo de cura, logo precisa ser mais difundido na atenção à saúde e a universidade como formadora de profissionais de saúde precisa ser protagonista desse entrelace.

REFERÊNCIAS

ARTIOLI, Dérrick Patrick; BERTOLINI, Gladson Ricardo Flor. **Gha-sha**: aplicação e seus resultados terapêuticos em condições dolorosas musculoesqueléticas. Revisão sistemática. **BrJP**, v. 2, n. 3, p. 284-288, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5935/2595-0118.20190050>.

BECKMAN, Karla Adriana Ferreira; CHRISTOVAM, Barbara Pompeu; PITTA, Ana Maria Fernandes. Auriculoterapia como abordagem de cuidado em caps de Salvador/Bahia. **6º Congresso Brasileiro de Saúde Mental**. 2018. Disponível em: <http://www.congresso2018.abrasme.org.br/resources/anais/8/1521942348_ARQUIVO_TEMPLATE_KARLABECKMAN.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2021.

BRASIL, Portaria nº 971, de 3 de Maio de 2006. **Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/38%20-%20BRASIL_%20MINIST%C3%89RIO%20DA%20SA%C3%9ADE_%20Portaria%20n%C2%BA%20971,%20de%2003%20de%20maio%20de%202006_.pdf>. Acessado em: 09 jun. 2021.

BRASIL, Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 30 mai. 2021.



BRASIL. **Coronavírus** COVID-19. Ministério da Saúde, Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 26 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012c. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: <https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/539.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3581. Acesso em: 30 mai. 2021.

JALES Renata Dantas; GOMES Anna Luiza Castro; SILVA Francisca Vilena da, PEREIRA Ivoneide Lucena; COSTA Lorena de Farias Pimentel; ALMEIDA Sandra Aparecida de. Auriculoterapia no cuidado da ansiedade e depressão. **Rev enferm UFPE on line**. 2019;13:e240783 DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.240783>

LIRA, Cindy Damaris Gomes; JUSTINO, Jéssica Micaele Rebouças; PAIVA, Karla Sarmento de; MIRANDA, Gomes de Oliveira; SARAIVA, Ana Karine de Moura. Acesso da população em situação de rua é um direito negado? **Rev Min Enferm**. 2019;23:e-1157 DOI: 10.5935/1415-2762.20190004

MOURA, Caroline de Castro; CHAVES, Érika de Cássia Lopes; CARDOSO, Ana Carolina Lima Ramos; NOGUEIRA, Denismar Alves; CORRÊA, Hérica Pinheiro; CHIANCA, Tânia Couto Machado. Ventosaterapia e dor crônica nas costas: revisão sistemática e metanálise. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 26, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2888.3094>.

Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-americana da Saúde (OPAS). **COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875 Acesso em: 28 mai. 2021.

PARÁ. Fundação Papa João **XXIII** – **FUNPAPA**. 2020 Disponível em: <https://agenciapara.com.br/>. Acesso em: 28 jun 2021.

PARÁ. Governo do Pará retoma abrigos para pessoas em situação de rua. **Agência Pará**. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/25909/>. Acesso em: 28 jun 2021.

RODRIGUES, Caio Rafael; GALDINO, Ellen Beatriz; POLAZ, Débora Cabral Nunes. Auriculoterapia aplicada em profissionais de saúde de uma base de remoção de pacientes: relato de experiência . **Revista Saúde em Foco**, v. 12, 2020. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp>. Acesso em: 09 jun. 2021.